

**Experiência: Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação (Simec)**

**Secretaria Executiva**  
**Ministério da Educação (MEC)**

**Responsável:** Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha

**Equipe:** Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha, Léo Kessel, Cristiano Cabral, Orlando Magalhães da Cunha, José Eduardo Bueno de Oliveira, Solange Maria Cavalcante Medeiro Neves

**Endereço:** Esplanada dos Ministérios Bloco L, Anexo I, 1ª andar, Brasília - DF  
Telefone: (61) 2104 8052  
Fax: (61) 2104 9168  
[paulorocha@mec.gov.br](mailto:paulorocha@mec.gov.br)

**Data de início da implementação da experiência:** Outubro de 2003

## **RESUMO DA EXPERIÊNCIA**

O desenvolvimento do Simec (Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação) permitiu melhoria significativa da eficiência, eficácia e efetividade das iniciativas do MEC por meio de sua metodologia, marco institucional e plataforma tecnológica, com a integração dos processos de planejamento e gestão das políticas e programas educacionais do governo federal. Desenvolvido em *software* livre, mediante parceria com diversos órgãos de governo, utilizando modernas técnicas de mapeamento de processos e ampla participação das equipes de trabalho de diferentes secretarias e órgãos do MEC, o Simec implicou profundas mudanças culturais e organizacionais das práticas de governança do Ministério, bem como de sua forma de relacionamento com parceiros governamentais (estados, municípios e outros órgãos do governo federal) e da sociedade brasileira. Hoje, 12 órgãos, entre ministérios e governos estaduais, celebraram ou negociam esta formalização de termos de cessão do sistema com o MEC.

## **Caracterização da situação anterior**

O importante papel da política educacional na agenda do atual Governo reflete-se no volume de recursos executados pelo Ministério da Educação (MEC) nos últimos anos. Entre 2003 e 2007, o orçamento da Educação passou de R\$ 18,1 bilhões para R\$ 28,7 bilhões, representando um aumento de 58,5% no período.

Além disso, com o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)<sup>1</sup>, em abril de 2007, o qual compreende mais de 40 ações que visam à melhoria da Educação a partir do fortalecimento dos quatro eixos de atuação do MEC (educação básica, alfabetização de jovens e adultos, educação profissional e educação superior), está previsto um aumento de 58,3% no orçamento até 2011. Esse cenário de dinamismo e aporte de recursos na área vem

---

<sup>1</sup> O PDE é pautado por uma visão sistêmica da Educação, que reconhece as conexões intrínsecas entre educação básica, educação superior, educação tecnológica e alfabetização e, a partir dessas conexões, potencializa as políticas de Educação de forma a que se reforcem reciprocamente.

conferindo posição primordial às atividades de planejamento e gestão do Ministério, exigindo reestruturações organizacionais e desenvolvimento de novas ferramentas gerenciais, para o alcance da eficiência e eficácia das políticas que vêm sendo implementadas.

O Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação (Simec) foi inicialmente desenvolvido com o objetivo de monitoramento das ações do MEC no Plano Plurianual (PPA), o qual, até então, era realizado através do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (Sigplan). Contudo, havia muita resistência ao uso dos sistemas estruturadores tal qual o Sigplan, devido ao fato de não atenderem adequadamente às necessidades gerenciais das áreas responsáveis pelo monitoramento das ações. A lentidão e instabilidade do sistema resultavam em informações incompletas e de baixa qualidade. Tais fatores levavam à necessidade de se realizar a extração de dados e processá-los em planilhas Excel.

A situação anterior ao desenvolvimento do módulo de monitoramento do PDE não era muito diferente. Todo o processo de planejamento das atividades das secretarias finalísticas do Ministério, quando existia, era realizado manualmente, em planilha Excel, o que exigia muito tempo para se obter as informações consolidadas sobre os programas, dificultava a elaboração de relatórios de indicadores importantes das ações que integram o PDE, além de ampliar a probabilidade de erros no levantamento de dados.

Assim, a criação do Simec e de seus diferentes módulos permitiu que o MEC superasse um conjunto de gargalos na gestão da política educacional, o que se tornou cada vez mais essencial para o cumprimento da agenda de governo nessa área.

## **Descrição da iniciativa**

Em outubro de 2003, foi celebrado contrato entre o Ministério da Educação e a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec) com o objetivo de realizar estudos e pesquisas sobre “o conceito e a prática de governança e o desenvolvimento de uma metodologia original de planejamento e monitoramento de ações governamentais”. Também fez parte do contrato a implantação de uma solução tecnológica (denominada de portal de monitoramento), que disponibilizasse na internet as informações dos programas selecionados como prioritários pela alta gestão do MEC, que teriam a sua execução monitorada.

A utilização da primeira versão da plataforma Simec, ainda que limitada a poucos programas<sup>2</sup>, foi um ponto de inflexão na postura do conjunto do Ministério quanto aos conceitos e práticas de planejamento e monitoramento das ações governamentais. Dois importantes aprendizados, presentes na atual versão da plataforma tecnológica do Simec, marcaram a construção dessa nova metodologia em desenvolvimento: 1) a utilização de bandeiras sinalizadoras de pareceres e avaliações, nas cores universais – vermelho, amarelo e verde –, que permitem a rápida identificação e solução de restrições; 2) a construção e utilização de planos de trabalho como instrumento de programação de atividades, coordenação de equipes, comunicação entre os diferentes níveis hierárquicos do Ministério e monitoramento e controle da execução dos programas prioritários da nova gestão. Os planos de trabalho consistiram no desdobramento das ações nos seus componentes mais detalhados e operacionais que conduzem ao alcance das respectivas metas.

Diante dos resultados positivos, decidiu-se pela utilização da metodologia para o planejamento, monitoramento e avaliação de todas as ações do PPA no Ministério da Educação, o que demandou o desenvolvimento da atual plataforma tecnológica do Simec. Implementada

---

<sup>2</sup> O termo programa foi utilizado sem correspondência direta com os programas do PPA, pois se estava referindo aos chamados programas institucionais do MEC, tais como o “Programa Nacional do Livro Didático” e o “Programa Nacional de Alimentação Escolar”, que no PPA e no Orçamento são incluídos como ações.

mediante parceria com PNUD<sup>3</sup> e ABC/MRE<sup>4</sup>, por meio do Projeto PNUD BRA/04/041, a nova plataforma do Simec iniciou suas operações em novembro de 2005, como ferramenta de planejamento e gestão de políticas educacionais, conferindo maior agilidade e racionalidade ao processo gerencial do Ministério. Atualmente, o Simec dispõe de dez módulos que se integram e, em alguns casos, comunicam-se com outros sistemas estruturantes do Governo Federal, como o Sigplan, Sidor (Sistema Integrado de Dados Orçamentários) e Siafi (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal).

Esclarece-se que cada um dos módulos foi criado para atender a necessidades distintas, tanto relacionadas às áreas finalísticas quanto à área meio do MEC.

### **Objetivos a que se propôs e resultados visados**

O Simec tem por objetivo integrar, em uma só plataforma tecnológica, o gerenciamento das políticas e programas do MEC ao ciclo de gestão do PPA (planejamento-execução-monitoramento-avaliação), bem como às diferentes etapas deste último (tradicionalmente tratadas de forma segmentada e estanque na administração federal). Para tanto, cada módulo do Simec possui um objetivo específico, que se integra aos demais, de forma a atingir o objetivo geral do sistema.

Em novembro de 2005, implantou-se o primeiro módulo do Simec – Monitoramento e Avaliação do PPA –, cuja finalidade é captar a execução física das ações mediante informações prestadas pelos coordenadores destas em suas respectivas unidades orçamentárias e a inserção no Sigplan de forma automatizada.

Além das funções presentes no Sigplan, o Simec oferece uma gama de informações de alta qualidade para tomada de decisões tanto em nível operacional quanto gerencial. Em última instância, o desenvolvimento desse módulo objetivou alcançar maior desempenho na recuperação de dados, gerar o plano de trabalho permitindo o seu detalhamento e acompanhá-lo através de um sistema informatizado.

Entre 2005 e 2006, após a implantação do módulo de monitoramento do PPA, foram desenvolvidos outros três módulos para apoio das atividades da SPO, que visavam completar o ciclo de gestão orçamentária e financeira no âmbito do MEC:

a) *Módulo de Programação Orçamentária*: permite a elaboração da proposta orçamentária e dos créditos adicionais do MEC, integrando-se ao Sidor. A partir de sua implantação, a proposta orçamentária passou a ser realizada no próprio Simec, de forma ágil, consolidada e conjunta com 175 unidades orçamentárias (universidades, hospitais universitários, instituições de educação profissional e tecnológica etc.).

Além de constituir um ambiente mais claro e amigável que o Sidor, a construção da proposta no Simec permite ao usuário gerar históricos e elaborar relatórios dinâmicos e informativos.

b) *Módulo de Elaboração e Revisão do PPA*: possibilita a elaboração e revisão dos programas e ações do MEC no PPA, refletindo a fase qualitativa de planejamento orçamentário do Ministério e possibilitando registrar o histórico de alterações, inclusões, migrações e fusões das ações no PPA que integrarão o exercício seguinte.

c) *Módulo Orçamentário e Financeiro*: permite o acompanhamento diário da execução orçamentária e financeira do MEC e integra-se ao Siafi, consolidando informações e permitindo emitir relatórios conforme a necessidade do gestor.

Em 2007, teve início uma nova etapa da implantação do Simec. Em vista da proximidade do lançamento do PDE, a Secretaria Executiva demandou a criação de um módulo que constituísse ferramenta informatizada de planejamento e gestão de atividades, com vistas a

---

<sup>3</sup> Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

<sup>4</sup> Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores.

acompanhar o PDE. Para tanto, foi desenvolvida a quarta e atual versão de elaboração de planos de trabalho na plataforma.

O Módulo de Monitoramento do PDE consiste em um instrumento para cadastramento dos planos de trabalho das ações do PDE, permitindo às secretarias e demais órgãos responsáveis (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep e Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes) informar as metas, orçamentos, prazos de implementação, além de anexar documentos, apontar eventuais problemas e restrições enfrentadas na implementação da atividade, e gerar relatórios.

As ferramentas do módulo do PDE foram desenvolvidas também com a finalidade de permitir o seu monitoramento pelo Gabinete do Ministro e pela Secretaria Executiva, onde foi formada uma equipe de assessores especialmente para este fim.

Essa equipe é responsável por acompanhar o cumprimento do plano de trabalho das atividades de cada secretaria e informar, em reuniões semanais com o secretário executivo, sobre a existência de eventuais problemas observados ou restrições enfrentadas pelas áreas finalísticas que possam impedir ou atrasar o alcance das metas das ações do PDE. Além disso, o módulo possui filtros que permitem a visualização em destaque de atividades que o ministro definiu como as mais estratégicas, bem como de atividades do PDE que integram outros programas do Governo, como as do Programa Territórios da Cidadania.

O módulo do PDE permite, ainda, que a execução financeira das atividades do PDE seja acompanhada a partir dos dados importados do Siafi pelo Simec. Assim, eventuais problemas de execução do orçamento das atividades do PDE podem ser rapidamente identificados e solucionados pela alta gestão.

Paralelamente ao desenvolvimento do módulo do PDE, desenvolveu-se o Módulo de Gerenciamento de Projetos, o qual utiliza a mesma interface, visualização e funcionalidades do módulo do PDE, contudo objetiva o acompanhamento de projetos e ações das áreas administrativas e de tecnologia da informação do MEC.

Após o sucesso da implantação do módulo de monitoramento do PDE, a Secretaria Executiva solicitou o desenvolvimento de outros três módulos relacionados a programas específicos do Plano, quais sejam:

*a) Módulo Reuni (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais):* permite a recepção dos projetos de reestruturação e expansão das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). As Ifes acessam o Simec e elaboram um diagnóstico da situação atual da instituição (número de vagas, taxas de evasão, estrutura acadêmica etc.). Em seguida, apresentam metas de melhoria e projetos para o alcance das mesmas, com vistas ao repasse de recursos. A equipe da Secretaria de Educação Superior (Sesu) analisa, no próprio Simec, a situação e o projeto de cada unidade. Toda a situação de andamento do processo pode ser acompanhada pelos usuários.

*b) Módulo Plano de Ações Articuladas (PAR) – Plano de Metas:* permite a captação do diagnóstico da situação educacional e a definição do Plano de Ações Articuladas (PAR) de estados e municípios. O módulo foi construído com vistas a apoiar o Programa Compromisso Todos pela Educação, o qual estabelece metas para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) das escolas, das redes municipais e estaduais. O MEC apóia estados e municípios por meio de ações de assistência técnica e/ou financeira, conforme diagnóstico elaborado em conjunto por técnicos e consultores do Ministério, além de autoridades e representantes educacionais em cada localidade. Este módulo possibilitou que o processo de apoio às outras esferas de governo ganhasse maior agilidade e transparência, contribuindo para o fim da política de “balcão”. Permite a análise, elaboração de pareceres e a aprovação do PAR no próprio sistema, bem como o levantamento de relatórios sobre ações planejadas.

*c) Módulo Brasil Profissionalizado:* possui funcionalidades similares ao módulo do PAR, porém, com ênfase no apoio ao ensino médio integrado à educação profissional e tecnológica.

Os estados elaboram o seu diagnóstico e apresentam um plano de ações que é analisado pela equipe da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC).

Importa destacar que esses três módulos ampliaram a utilização do Simec por usuários externos e foram essenciais para a transformação do padrão de relacionamento e apoio do MEC aos estados, municípios, universidades e instituições de educação profissional.

Por fim, em junho de 2008, em face das recentes políticas de expansão da educação superior, profissional e tecnológica, além da implementação de programas de construção e ampliação de escolas, atrelada à necessidade de supervisão da utilização dos recursos do MEC, a Secretaria Executiva demandou o desenvolvimento de um módulo que permitisse o acompanhamento de obras. Implantou-se, então, o Módulo de Monitoramento de Obras, o qual permite o cadastramento de quaisquer obras relacionadas a programas do MEC, com informações sobre o tipo e situação (obra em construção, paralisada, finalizada), recursos utilizados, dimensões e localização (georreferenciamento), previsões de início e término, execução orçamentária, entre outras informações que permitem a gestão e a aplicação eficiente dos recursos. Além disso, o módulo possibilita o acompanhamento a partir da visualização de fotos da situação e etapas de construção. Todos os dados podem ser inseridos e acompanhados no Simec pelas unidades executoras do recurso e pelas equipes das áreas finalísticas do MEC.

### **Público-alvo da iniciativa**

O Simec possui diferentes públicos-alvo, dependendo do módulo utilizado. Atualmente, o sistema possui aproximadamente 20 mil usuários cadastrados, incluindo todos os governos de estados e municípios brasileiros<sup>5</sup>, as 175 unidades orçamentárias do MEC, a Presidência da República e o Ministério do Planejamento (MP).

Os módulos do ciclo orçamentário têm como público-alvo direto as equipes da SPO/MEC e das áreas de planejamento e gestão das secretarias finalísticas do MEC, bem como as 175 unidades orçamentárias, que incluem universidades, hospitais universitários, instituições de educação profissional, entre outros.

O módulo de monitoramento do PDE, por sua vez, tem como público-alvo as secretarias que possuem atividades no PDE, a Secretaria Executiva e o Gabinete do Ministro. Nesse caso, há também o público externo interessado, a saber: outros órgãos do governo federal que dependem de informações relacionadas ao PDE, ou apenas tencionam acompanhar o Plano, como a Presidência da República e o MP.

Os módulos PAR e Brasil Profissionalizado têm como público-alvo os governos municipais e estaduais, representados por suas secretarias de Educação (usuários externos). No caso do PAR, o usuário interno é, sobretudo, a Secretaria de Educação Básica, responsável pela análise dos planos de ação e, no caso do Brasil Profissionalizado, a Setec. Similarmente, o módulo do Reuni possui como público-alvo a Sesu (usuário interno) e as Ifes (usuário externo), enquanto o módulo de monitoramento de obras tem como público-alvo interno as secretarias com obras em andamento, o FNDE e, como usuário externo, as unidades executoras.

Por último, o módulo Gerenciamento de Projetos tem como usuário as equipes de quaisquer áreas do MEC interessadas em elaborar e acompanhar um ou mais projetos específicos. Atualmente, o módulo é utilizado majoritariamente pelas subsecretarias e Diretoria de TI da Secretaria Executiva.

### **Concepção e trabalho em equipe**

A criação do Simec e a integração do processo de trabalho da SPO/MEC, mediante a implantação dos primeiros módulos, resultaram de consultoria contratada à Fundação Instituto

---

<sup>5</sup> Todos os estados e municípios brasileiros aderiram ao Compromisso Todos pela Educação e celebrarão Planos de Ações Articuladas com o Governo Federal, elaborados através do Simec.

de Administração da Universidade de São Paulo (FIA/USP), que, na modelagem de processos de trabalho da SPO, definiu os casos de uso do Simec.

A partir do lançamento do PDE, e com o aumento da necessidade de ferramentas informatizadas de gestão, a equipe de desenvolvimento do Simec foi transferida da SPO para a estrutura da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), também subordinada à Secretaria Executiva, que assumiu o desenvolvimento do sistema. Vale observar que atualmente a adesão ao Simec no âmbito do MEC é expressiva, envolvendo todos os níveis hierárquicos do Ministério – o que também colabora para a sua evolução.

### **Ações e etapas da implementação**

A implantação do Simec contou com subsídios das equipes de todas as secretarias, autarquias e demais órgãos do MEC usuários do sistema. Além disso, no caso dos módulos que se integram a outros sistemas estruturantes do governo federal, houve interface com a Secretaria de Orçamento Federal (SOF), a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) do MP, bem como com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda. O desenvolvimento e implantação dos módulos seguiu o seguinte cronograma:

- 1) Abril – Nov. 2005: Módulo Monitoramento e Avaliação do PPA;
- 2) Nov. 2005 – Fev. 2006: Módulo de Programação Orçamentária;
- 3) Fev. – Abril 2006: Módulo de Elaboração e Revisão do PPA;
- 4) Abril – Set. 2006: Módulo Orçamentário e Financeiro;
- 5) Jan. – Abril 2007: Módulo de Monitoramento do PDE;
- 6) Abril 2007: Módulo de Gerenciamento de Projetos;
- 7) Ago. 2007: Módulo Reuni;
- 8) Set. – Dez. 2007: Módulos PAR e Brasil Profissionalizado;
- 9) Jun. – Jul. 2008: Módulo Monitoramento de Obras.

### **Recursos utilizados**

#### **Descrição dos recursos humanos, financeiros, materiais, tecnológicos etc.**

*Recursos humanos:* a equipe de desenvolvimento do Simec dispunha, até o final de 2006, de 6 analistas e 6 programadores, contratados por meio de projeto PNUD. Atualmente, são 18 pessoas (7 consultores Unesco<sup>6</sup>, 2 consultores OEI<sup>7</sup> e 9 programadores terceirizados).

*Recursos financeiros:* aproximadamente R\$ 2,2 milhões desde a sua implantação (considerando recursos humanos, materiais e tecnológicos).

*Recursos tecnológicos:* ambiente de *hardware:* o sistema utiliza servidor Intel XEON X5365, 16 Gb de ram, 140 Gb de Hd para a aplicação web e outro servidor, com a mesma especificação, para o banco de dados. O tráfego de dados utiliza link com a internet de alta capacidade, gerenciado por servidores com balanceamento de tráfego. Além disso, há um servidor *storage* para armazenamento de documentos da aplicação e um servidor de backup. Quanto ao *software:* o sistema pode operar tanto em Linux quanto em Windows. A linguagem de programação é PHP 5 (utilizada no desenvolvimento de aplicações para sítios da internet-web) e Java Script (outro tipo de linguagem de programação para escrever programas que se executem em páginas web); e banco de dados Postgre SQL 8.3 (programa gerenciador de banco de dados), com controle de versão Subversion (um sistema de controle de versão é um *software* com a finalidade de gerenciar diferentes versões no desenvolvimento de um documento qualquer). Adotou-se a utilização de *software* livre e o sistema é operável tanto em navegador Mozilla Firefox quanto em Internet Explorer.

---

<sup>6</sup> Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

<sup>7</sup> Organização dos Estados Ibero-americanos.

## **Por que considera que houve utilização eficiente dos recursos na iniciativa?**

Não foram adquiridos *softwares* de terceiros, uma vez que as ferramentas utilizadas para o desenvolvimento do Simec podem ser adquiridas em banco de *software* livre. Ademais, os produtos foram desenvolvidos por meio de consultoria contratada, de modo que a propriedade da tecnologia é do MEC, não exigindo o pagamento de licenças para o seu uso. Destaca-se, ainda, que o Simec dispõe de funcionalidades comuns a todos os seus módulos, a saber: cadastro de usuários, perfil, *login*, *menu*, interface visual, formulários, ferramentas de ajuda ao usuário, fale conosco e *chat* (para comunicação entre usuários *on line*), instrumento de auditoria de navegação com histórico de execução por usuário, controle automático de erros com serviço de informação à equipe de desenvolvimento de sistema e ferramenta de estatística de acesso. Assim, pode-se afirmar que a solução tecnológica objetivou a “reutilização” de componentes, possibilitando a construção ágil de novos módulos com uma equipe relativamente pequena.

## **Caracterização da situação atual**

### **Mecanismos ou métodos de monitoramento e avaliação de resultados e indicadores utilizados**

O principal método de monitoramento do Simec é a realização de reuniões periódicas entre o secretário executivo, o diretor de TI e o coordenador de desenvolvimento do Simec, para tratar de problemas identificados no sistema e novas demandas. Nessas reuniões, quando há necessidade, também participam equipes das áreas finalísticas usuárias dos diferentes módulos.

Esclarece-se que cada módulo possui uma equipe de apoio ao gestor, responsável pelo gerenciamento de usuários, controle de conteúdo, bem como pela identificação da necessidade de desenvolvimento de novas ferramentas para a consecução dos objetivos a que se propõe. Geralmente, tais equipes reúnem-se diretamente com a coordenação do Simec para o alcance de soluções. Deve-se sublinhar, porém, que o monitoramento e coordenação do desenvolvimento do sistema pela Secretaria Executiva foi imprescindível para a evolução e sucesso de sua implantação até o momento.

### **Resultados quantitativos e qualitativos concretamente mensurados**

O principal resultado da implantação do Simec é a redefinição dos processos de trabalho das equipes envolvidas em cada um de seus módulos. Cada módulo traz ferramentas específicas que permitem aumentar a eficiência e eficácia das políticas implementadas pelas diferentes áreas do Ministério, tais como:

- Módulo de Monitoramento e Avaliação do PPA: aumento de cerca de 50% na taxa de preenchimento dos dados de monitoramento mensal das ações no Sigplan;
- Módulo de Programação Orçamentária: diminuição de 65% do tempo de elaboração da proposta orçamentária do MEC após a definição dos tetos orçamentários;
- Módulo Orçamentário e Financeiro: disponibilização de dados gerenciais da execução orçamentária e financeira a cerca de 160 Unidades Orçamentárias que não dispunham do Siafi Gerencial;
- Módulo de Monitoramento do PDE: gerenciamento intensivo da política educacional do governo federal, com utilização de metodologia específica de gerenciamento de projetos;
- Módulo de Monitoramento de Obras: redução do deslocamento de equipes, com a atividade de supervisão menos dispendiosa em termos financeiros e de tempo;
- Módulos PAR, Reuni e Brasil Profissionalizado: diagnóstico detalhado e elaboração de planos de ação (por estado, município e unidade de ensino) para o aumento da qualidade e acesso da população às oportunidades educacionais.

Até agosto de 2008, aproximadamente 25 órgãos solicitaram ao MEC que apresentasse o Simec às suas equipes e, destes, 12 órgãos, entre ministérios, secretarias e governos estaduais,

celebraram ou negociam a celebração de termos de cessão do sistema com o MEC<sup>8</sup>. Tal termo prevê que as evoluções do sistema implementadas por tais órgãos possam ser absorvidas pelo MEC sem qualquer custo.

## **Lições aprendidas**

### **Soluções adotadas para a superação dos principais obstáculos encontrados**

As principais dificuldades estão relacionadas a impasses e divergências que surgiram no processo de construção de cada módulo, bem como à efetiva utilização da plataforma como ferramenta de gestão. A superação desses obstáculos foi possível, sobretudo, pela coordenação e centralização das discussões e decisões finais na Secretaria Executiva, o que permitiu uma rápida evolução do Simec desde a sua criação. Considera-se, ainda, que a aceitação da metodologia do Simec pela alta gestão (ministro e secretários) foi determinante para a adesão do conjunto do Ministério.

### **Fatores críticos de sucesso**

No que concerne especificamente à tecnologia, o seu sucesso residiu no fato de consistir um sistema de fácil navegação, intuitivo e que requer pouco treinamento do usuário. Além disso, pode-se afirmar que a comunicação com outros sistemas do Governo Federal, bem como a integração entre os processos de trabalho correspondentes a cada módulo, são fatores que agregam valor ao Simec.

### **Por que a iniciativa pode ser considerada uma inovação?**

O Simec representa um novo modelo de governança do setor público, a partir da redefinição dos processos de planejamento e gestão institucionais do MEC:

1) integrou ferramentas de planejamento e gestão orçamentária, e estas a instrumentos de monitoramento de atividades estratégicas do Ministério, mediante desenvolvimento e implantação de nova metodologia de integração plano-orçamento;

2) fortaleceu a atividade de planejamento e gestão no âmbito do MEC, por constituir uma ferramenta permanente, suprimindo iniciativas pontuais e esparsas, e facilitando a tomada de decisão;

3) redefiniu o padrão de relacionamento e apoio às esferas estaduais e municipais, contribuindo para o fim da política de “balcão”, uma vez que o processo de apresentação de propostas por esses entes, a partir da implantação dos módulos PAR, Plano de Metas e Brasil Profissionalizado, ganhou maior transparência e racionalidade;

4) permitiu apoiar atividades de supervisão de obras que recebem recursos do MEC, contribuindo para uma gestão mais eficiente dos recursos públicos; e

5) adotou solução tecnológica que possibilita a criação e a substituição de módulos conforme a necessidade dos gestores, conferindo-lhe flexibilidade e caráter evolutivo, bem como a replicação da metodologia e da plataforma a outros órgãos e esferas de governo.

---

<sup>8</sup> Dentre os órgãos que celebraram o termo de cessão com o MEC estão: Governo do Estado do Piauí, Ministério de Ciência e Tecnologia, Ministério da Cultura, Ministério do Turismo, Ministério da Justiça, Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria Especial de Direitos Humanos, Ministério da Saúde, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério do Planejamento (SLTI e SOF).